

jornal da tarde

Publicado pela S/A O ESTADO DE SÃO PAULO
Av. Eng.º Caetano Álvares, 55 — Tel.: 856-2122 (PABX) — CEP 02598-900
São Paulo — SP — Caixa Postal 8005 — CEP 01065-970 SP — E. Telegráfico ESTADO
Telex 011.23511 — Fax 265-2297



Fundado em 1875

JÚLIO MESQUITA
(1891 - 1927)

JÚLIO DE MESQUITA FILHO - FRANCISCO MESQUITA
(1927 - 1969)

Diretor Responsável

RUY MESQUITA

Diretores

Júlio de Mesquita Neto

Luiz Vieira de Carvalho Mesquita

Ruy Mesquita

César Tácito Lopes Costa

José M. Homem de Montes

Oliveiros S. Ferreira

Diretor de Unidade

Ruy Mesquita Filho

Diretor de Redação

Fernão L. Mesquita

Diretor Executivo

Fernando L. Mitre

Editor Chefe

Celso Kinjô

Diretor Superintendente

Francisco Mesquita Neto

Diretor Comercial

Roberto Crissiuma Mesquita

Diretor Agência Estado

Rodrigo L. Mesquita

O que falta é coragem

Depois de anos a fio estudando o fenômeno inflacionário brasileiro e formas de combatê-lo, técnicos do Banco Mundial estão desistindo. Confessam-se perplexos diante da persistência da inflação no Brasil e da capacidade dos brasileiros de conviver com esse mal tão insidioso sem que ele provoque a situação de "desastre" que provoca em outras paragens.

Sua perplexidade é parcialmente justificável. De fato, todos os países que, desde o início da crise da dívida externa, em 1982, conviveram com o problema da aceleração da inflação conseguiram resolvê-lo de maneira mais do que satisfatória, com a única exceção do Brasil.

O caminho seguido pelos países que conseguiram superar o problema da inflação, da dívida externa e da recessão é conhecido: como na sua origem estava o tumor representado por um Estado grande demais e perdulário, a solução do problema passou pela revisão drástica do papel do Estado na economia, o que levou à execução de profundos programas de privatização e de desregulamentação, acompanhados da abertura econômica.

Todos os diagnósticos técnicos feitos nos últimos anos sobre o problema brasileiro apontam causas idênticas às dos nossos vizinhos. Na semana passada, esse diagnóstico foi feito, mais uma vez, pelo economista André Lara Resende, negociador de missão da dívida externa brasileira, que representou o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, justamente num seminário em São Paulo ao qual compareceram os técnicos do Banco Mundial que, na saída, manifestaram a sua "perplexidade" com o nosso infundável impasse.

Sobre a questão da "boa convivência" dos brasileiros com essa inflação infernal, o que há é um mal-entendido dos técnicos do Banco Mundial. Há, é verdade, uma minoria de brasileiros que consegue conviver bem com ela porque têm acesso aos mecanismos de indexação e outras anestésias que mascaram o efeito da droga inflacionária. Mas isso acontece à custa da grande maioria dos brasileiros que não têm acesso a esses instrumentos e sofrem o "desastre" permanente e diariamente trágico que os técnicos do Banco Mundial encontram em outros países do mundo que vivem sob grande inflação. Assim, esta parte de seu julgamento traduz apenas um engano. É que, no Brasil, só está politicamente representado o grupo que consegue usar os mecanismos que mascaram os efeitos da inflação. O resto do País, que vive, sim, em permanente desastre, sofre em silêncio. E em tal silêncio que os técnicos do Banco Mundial chegam a acreditar que essa maioria e seu desastre cotidiano não existem, o que só confirma o grau de obstrução dos nossos canais políticos, e nada mais...

Mas, quanto à segunda parte, eles têm mesmo razão para surpresa. Afinal, se até membros do governo sabem com tanta clareza onde está a causa do problema, por que ele não é resolvido? — devem se perguntar esses técnicos.

Na verdade, como já dissemos aqui, o problema brasileiro persiste há tanto tempo não porque falte clareza técnica para identificá-lo ou para encaminhar a sua solução, mas sim porque falta coragem política e interesse dos círculos (restritos) que se substituem no poder para fazê-lo.

O discurso técnico, como o de Lara Resende, fala, por exemplo, na necessidade de "equilíbrio fiscal" como primeiro passo para todo o resto. Certo. Mas esse é o tipo da expressão enganosa que, no caso brasileiro, esconde sempre um jogo de cartas marcadas que ninguém dos círculos íntimos do poder, até o momento, teve a coragem de denunciar

com toda a clareza. Estabeleceu-se, no Brasil, entre burocratas acomodados e políticos interessados apenas em eleições, mais do que em qualquer outra coisa, um compromisso segundo o qual o ajuste fiscal — inegavelmente indispensável para se estabilizar a economia — deve ser buscado sempre pelo lado da receita, com o aumento dos impostos, e não, como deveria ser, pelo lado das despesas, que precisam ser **estruturalmente** cortadas. Os técnicos contratados pelos políticos trabalham, portanto, a partir dessa premissa. Por isso, quando se fala em "cortar despesas", como acontece, mais uma vez, neste momento, quer-se dizer, mais exatamente, "comprimir ao máximo a despesa dentro do quadro existente na inchadíssima estrutura da administração pública e das empresas estatais", o que é, obviamente, um expediente mais que limitado e insuficiente, mesmo quando quem fala nisso realmente acredita no que está dizendo, o que é raro. Nunca se fala em liquidar as empresas estatais — aquelas que, como se tem visto desde sempre, só estão aí para serem roubadas —, em cortar da folha de pagamento ao menos aqueles funcionários que não cabem, fisicamente, nos locais em que deveriam dar expediente, e assim por diante. Nunca se fala, em outras palavras, em reformar as estruturas do Estado de modo a pô-las num tamanho que a Nação possa sustentar, que é o que é preciso fazer. Assim, como acontece todo ano, ao fim de longas batalhas políticas pontilhadas de discussões bizantinas, os arautos do "corte de despesas" e da "austeridade na administração" pela metade (isto é, mantida a estrutura que as tornam impossíveis), acabam admitindo em discursos públicos que "não é possível cortar mais nada", que "não há mais onde cortar", que o Estado está, mais que enxuto, à míngua, e que a única saída que resta é aumentar os impostos para conseguir o tal "ajuste fiscal".

Além do prejuízo físico que os aumentos de impostos sempre geram, já que desviam dinheiro que podia ser investido na economia que multiplica as riquezas para a economia que multiplica os prejuízos, o clima crescente de radicalização entre os empregados do Estado que ficam com salários comprimidos por esses "cortes", além de engrassar as fileiras de partidos radicalmente estatistas, parece corroborar o diagnóstico de que o Estado está à míngua. E, assim, acumulam-se os tijolos para a construção dessa Torre de Babel em que temos vivido. É disso que resulta esse cenário político cinzento, no qual a pusilanimidade e o calculismo eleitoral eliminam as diferenças nos discursos de cada parte e o eleitor acaba tendo de escolher o seu candidato pela cara, já que não é possível diferenciá-lo pelo que diz.

Os brasileiros que, apesar de todas as dificuldades, continuam a trabalhar, a produzir e a fazer negócios para que o País não pare, no entanto, já estão tão cansados dos discursos tecnicamente corretos escamoteando atitudes políticas grosseiramente covardes quanto os especialistas do Banco Mundial estão perplexos com a persistência da inflação.

Assim, não só podemos prescindir, antes de resolvermos essa questão anterior (a de qual o Estado que podemos ter), de discursos técnicos bem formulados, como, até, dos próprios técnicos que os formulam mas que não podem implementá-los. Também podemos fazer 150 "ajustes fiscais" meia-sola como o deste ano nos próximos 150 fins de ano e continuaremos sendo a única economia desajustada do Planeta. Isso porque o problema brasileiro não é de natureza técnica. É de natureza política. E o que falta para resolvê-lo não é competência técnica. É **CO-RA-GEM**.